Resumo Expandido (Pôster): Eixo 1 – A Educação básica brasileira e desafios da atualidade

**VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO: UM PROCESSO DE LUTAS E QUASE CONQUISTAS**

|  |
| --- |
| Antonio Nascimento da Silva - UFAL[[1]](#footnote-1)Jailton de Souza Lira - UFAL[[2]](#footnote-2) |

Resumo: Este estudo analisa a trajetória histórica da valorização do magistério, evidenciando os desafios e avanços. Até a década de 1930, o magistério enfrentava uma intensa desvalorização, caracterizada por baixos salários e formação precária. No entanto, diversas lutas e políticas surgiram para garantir melhorias nesse cenário, como o FUNDEF, a LDB/1996, o FUNDEB, a lei do Piso Nacional de Salários e o atual Fundeb. Essas políticas visam promover a valorização profissional por meio de uma formação adequada, salários dignos e investimentos necessários. No entanto, apesar das conquistas, a plena execução dessas políticas muitas vezes não ocorre, resultando em persistente desigualdade na valorização do magistério. Utilizando uma abordagem qualitativa e baseada em pesquisa bibliográfica, este texto destaca a importância crucial de seguir as leis vigentes e reduzir as disparidades existentes.

**Palavras-chave:** Educação. Professor. Fundeb.

Introdução

O profissional do magistério desempenha papel fundamental na formação das novas gerações, e sua valorização transcende fronteiras, permeando os mais diversos aspectos da sociedade contemporânea. No âmbito político, frequentemente se depara com discussões superficiais e descompromissadas, enquanto no cenário educacional, os próprios educadores se manifestam sobre a falta de reconhecimento e valorização de sua profissão. Socialmente, reconhece-se a importância fundamental do papel do professor, enquanto no campo econômico, a escassez de investimentos destinados à valorização do magistério é uma realidade que limita o avanço desse reconhecimento.

Historicamente, desde os primórdios da colonização até as primeiras experiências republicanas, os professores têm travado batalhas por reconhecimento e valorização. Embora tenham sido promovidas iniciativas educacionais e elevado o status da educação dentro do contexto social, a falta de recursos impediu que os professores fossem devidamente reconhecidos como profissionais valorizados.

Os professores desempenham um papel crucial no desenvolvimento da sociedade, promovendo a aprendizagem, interpretação, visão e consciência cultural. Em todas as sociedades, em todas as épocas, foram essenciais como mediadores ou disseminadores de conhecimento, embora nem sempre tenham recebido o reconhecimento e a valorização merecidos.

Com a implementação do novo Fundeb, a discussão sobre as políticas de valorização ganha ainda mais relevância, tanto no âmbito social quanto acadêmico. Aspectos como a destinação de 70% da parcela para salários condignos e a inclusão da categoria "Profissionais da educação" na legislação do Fundeb são elementos cruciais a serem considerados.

Este trabalho tem como objetivo abordar o conceito e a importância da valorização do magistério, explorar as lutas históricas travadas nesse sentido e analisar as políticas atuais, que, embora representem avanços significativos, ainda não foram capazes de eliminar as disparidades no contexto social, político e salarial do professor. A pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, ressalta a importância de se aderir às leis atualmente em vigor, buscando assim contribuir para o avanço no cumprimento das normas que caracterizam reconhecimento e valor.

No contexto da linha de pesquisa em História e política da educação, este trabalho se insere como parte integrante da dissertação de mestrado em educação, focalizando especialmente o papel do Fundeb como instrumento de valorização do magistério.

Materiais e métodos

O tema da "Valorização do Profissional do Magistério: Um Processo de Lutas e Quase Conquistas" integra as discussões e o contexto da dissertação em curso no âmbito do Mestrado em Educação, na Universidade Federal de Alagoas. A referida dissertação versa sobre as "Políticas Públicas de Valorização do Magistério: Uma Análise da Lei 14.113/2020 e a Austeridade Implementada em Razão da Atual Crise Econômica e Quedas na Arrecadação de Impostos que Compõem o Novo Fundeb". No processo de estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa, embasada em pesquisa bibliográfica e documental, conforme detalhado a seguir:

* Pesquisa bibliográfica essencial para fundamentar as ideias discutidas e compreender o panorama conceitual das políticas em questão; Paralelamente, pesquisa documental, ancorada em leis, decretos e manifestos registrados ao longo da história da educação no Brasil, oferece uma base sólida para análise;

Para o levantamento de dados, foram selecionados artigos de revistas científicas, dissertações presentes na base de dados da CAPES e nos repositórios das universidades. Além disso, foi realizada uma pesquisa nos sites oficiais da Câmara dos Deputados para obter informações sobre as leis e decretos mencionados no estudo. Adicionalmente, foram pesquisados manifestos datados de 1871, 1932 e 1959, visando compreender as longas e contínuas lutas travadas pelos professores ao longo dos séculos.

Discussão dos resultados

Como ponto histórico, este trabalho, com base nas referências de Monlevade (2000, p. 16-20), argumenta que com a expulsão dos Jesuítas, a educação no Brasil adquire outra conotação, deixando de ser predominantemente conduzida por religiosos para ser constituída por professores assalariados. Surge aí o problema do pagamento de salários aos professores, iniciando-se em 1759. A Companhia dos Jesuítas detinha autonomia, entretanto, o governo se viu obrigado a assumir o financiamento da educação.

As lutas por melhores condições profissionais e reconhecimento perduram em nossa história desde 1759 (Monlevade, 2020). Ao longo dos séculos, desde o Brasil colônia, essas lutas e manifestações têm sido constantes, delineando um caminho complexo, porém de organização social. Nesse contexto, emergiram políticas públicas educacionais que visam conferir identidade tanto ao professor quanto à educação como um todo. Essas políticas não surgiram de forma isolada ou repentina, mas foram moldadas e impulsionadas por um constante movimento social e intelectual.

Como registro histórico das lutas, é possível vislumbrar o "Manifesto dos Professores Públicos da Instrução Primária da Corte de 1871", que expõe as insatisfações não apenas com a desvalorização, mas também com a maneira como o governo conduzia o ensino no país. Do período de 1871 a 1932, surgiram diversas queixas, culminando no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, conhecido por sua amplitude e influência. Em 1959, mais de um quarto de século após a publicação do Manifesto dos Pioneiros, surge um novo documento intitulado "Manifesto dos Educadores Mais uma Vez Convocados". Este reafirma a necessidade de uma abordagem progressista na educação, reconhecendo a urgência de revisão e atualização dos ideais propostos em 1932.

Desde a década de 1990, a valorização dos profissionais da educação tem sido um tema central, especialmente com a implementação de políticas de financiamento específicas. Contudo, mesmo após mais de três décadas desde o início dessas discussões, nos deparamos com uma realidade em que a efetiva valorização desses profissionais parece ser um processo contínuo e desafiador. A complexidade desse cenário reside na interseção de diversos fatores, incluindo questões econômicas, sociais, políticas e culturais, que influenciam diretamente a percepção e a prática da valorização dos educadores, tornando muitas vezes as políticas já implementadas em quase conquistas, pois esbarram na ação política do poder executivo.

Considerações finais

As lutas pela valorização do professor e da educação possuem uma longa trajetória que remonta aos tempos coloniais e perdura até os dias atuais. Essa história é marcada por uma série de manifestos que não apenas exigiam o reconhecimento da importância do papel do professor na sociedade, mas também buscavam a construção de uma identidade sólida para a profissão docente e para o campo educacional como um todo. No centro desses movimentos, encontram-se as principais queixas relacionadas à falta de reconhecimento social, à desvalorização da profissão e aos baixos salários, questões que continuam a desafiar o sistema educacional. Essas batalhas não se limitam apenas ao aspecto financeiro, mas também abrangem a necessidade de melhores condições de trabalho e investimentos em formação profissional.

O processo de construção das políticas de valorização do profissional docente tem sido marcado por períodos de lutas e conquistas quase alcançadas. Estas batalhas não apenas permearam a história, mas também moldaram a identidade do professor e da educação básica. Contudo, as quase conquistas refletem um resultado incompleto dessas batalhas, permanecendo muitas vezes apenas como palavras escritas em leis, sem uma efetiva implementação.

A valorização do profissional do magistério é um processo contínuo que envolve lutas históricas e desafios atuais. Embora tenham sido alcançadas conquistas significativas ao longo do tempo, ainda há muito a ser feito para garantir que os educadores sejam devidamente reconhecidos, valorizados e apoiados em sua importante missão. É fundamental que a sociedade como um todo reconheça a importância do trabalho dos educadores e se comprometa a oferecer as condições necessárias para que possam desempenhar seu papel de forma plena e eficaz.

Referências

DUARTE. Vanda Catarina. COSTA. Bruno Lazarotti Diniz. O Efeito do Fundef nas políticas educacionais dos municípios mineiros. Educação em Revista, Belo Horizonte, n° 48, p. 143-170, 2008.

GOMES, Ana Valeska Amaral. Valorização do Magistério: Princípios Legais e Limites Fiscais. Consultoria Legislativa. Estudo Técnico, 2019.

LEHER. R. Valorização do magistério. In:OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

HADDAD, F. Os manifestos. In: MANIFESTOS dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. P. 101-103.

HIGA, Carlos César. Revolução Constitucionalista. Brasil escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/revolucaoconstitucionalista.htm. Acesso em 10 de março de 2024.

JACOMI, Márcia Aparecida; PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira. Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. Revista Pré-posições. Universidade Federal de São Paulo, Unifesp, 2016.

LEMOS. Daniel Cavalcanti de Albuquerque. O Manifesto dos Professores Públicos Primários da Corte Imperial e a Emergência do Associativismo Docente. Revista Contemporânea de Educação, vol. 8, n. 15, janeiro/julho de 2013, Rio de Janeiro.

MONLEVADE, João Antonio Cabral de. Valorização salarial dos professores: o papel do piso salarial profissional nacional como instrumento de valorização dos professores de Educação Básica. Campinas, SP: (s.n), 2000.

MANIFESTO DOS PIONEIROS. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. (1932). In: Revista HISTEDBR On-line. Campinas, no. Especial, agosto de 2006, p. 188-204

MNIFESTO DOS EDUCADORES. Manifesto dos Educadores: Mais uma Vez Convocados (1959). In: Revista HISTEDBR On-line. Campinas, no. Especial, agosto de 2006, p.205-220.

SÃO PAULO. Lei 88 de 8 de setembro de 1892. Reforma a instrução pública do estado.

1. Mestrando em Educação pela UFAL- campus Maceió. Professor, Advogado, Especialista em Formação de Professores e em Direito Previdenciário. Membro do GAE - Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional. Professor da rede Municipal em São Luís do QUitunde e rede Estadual do Estado de Alagoas. Lattes iD: https://lattes.cnpq.br/5757560170757471. ORCiD iD: https://orcid.org/0009-0000-8509-1471. [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutor em Educação pela UFPB. Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas. Graduado em História e Pedagogia. Presidente da Associação dos Profissionais Docentes da Universidade Federal de Alagoas. Lattes iD: http://lattes.cnpq.br/6802352389342090. ORCiD iD: <https://orcid.org/0000-0002-3534-0553> .

 [↑](#footnote-ref-2)